
As Bibliotecas de Pequena Comunidade e a Prevenção do Analfabetismo Regressivo *

FILOMENA GUERRA

Direcção-Geral de Extensão Educativa

EM Portugal, segundo os dados de 1981, do INE, respeitantes ao recenseamento da população, a média percentual de analfabetismo era de 20,3 %, sendo bastante desigual a sua distribuição por distritos. Aumenta consideravelmente à medida que se caminha do litoral para o interior e dos grandes centros para a periferia. Assim, a par duma taxa de 12 % para Lisboa ou de 13,2 para o Porto, encontramos 38,2 para Beja ou 43,6 para Castelo Branco.

As taxas de analfabetismo apresentam também variações significativas de acordo com o sexo e com os grupos etários, tendo uma maior incidência sobre as mulheres e sobre os idosos.

Mas, se possível, mais ainda do que estas constatações, incomoda

pensar que um em cada cinco portugueses é analfabeto, que são cerca de 74 % os portugueses com mais de 14 anos que não possuem a escolaridade básica de 6 anos e que a nossa taxa de insucesso escolar é da ordem dos 33 %, a mais alta de todos os países da Europa.

Segundo dados de projecções feitas pela Direcção-Geral de Extensão Educativa, a taxa de analfabetismo teria passado de 20,3 % para 16 % em 1989.

Embora o problema do analfabetismo se manifeste de forma diferente em contextos socio-económicos diversos, ele traduz-se sempre por uma diminuição da capacidade de intervenção social como participação democrática na resolução dos problemas individuais e colectivos,

* Intervenção realizada em nome da Direcção-Geral de Extensão Educativa no colóquio «O analfabetismo, o iletrismo e a leitura pública» a 15 Nov. 1990.

podendo mesmo constituir um factor de marginalização.

Um em cada cinco portugueses é analfabeto.

Hoje em dia alfabetização não é só sinónimo de aquisição de competência no domínio do código escrito, é a criação de condições para ser capaz de ler o meio em que se insere, de condições de exercício de uma plena cidadania, de autonomia e de solidariedade.

Perante a possibilidade de, através da escolarização, mudar as suas condições de vida, o adulto pode sentir-se motivado a participar nos processos educativos.

O problema do analfabetismo traduz-se sempre por uma diminuição da capacidade de intervenção social como participação democrática na resolução dos problemas individuais e colectivos.

Assim, a estratégia da educação de adultos deve ter em conta a cultura e a dinâmica socio-económica locais e, sendo uma componente do conjunto das actividades de intervenção social, deve ser planificada no âmbito de projectos globais.

Nesta perspectiva, toda a acção deverá basear-se na elaboração de planos de intervenção global, articulados com todas as entidades envolvidas no processo de desenvolvimento —

educação, agricultura, saúde, trabalho, autarquias, sindicatos, empresas, associações — criando-se uma multiplicidade de vias que permitam responder de uma forma eficaz e diferenciada às várias situações.

Que serve saber ler e escrever se não existir uma infraestrutura de apoio que comporte bibliotecas públicas.

Por outro lado, como frisa Kenneth Levine, o «analfabetismo é um estado relativo e dinâmico em evolução face à expansão das necessidades de informação, da evolução social e da inovação técnica. Não pode ser completamente erradicado... Podemos, sim, combatê-lo com engenho, tendo em conta a sua natureza em perpétua mutação».

E, de resto, para que serve saber ler e escrever se não existir uma infraestrutura de apoio que comporte bibliotecas públicas, políticas abertas de divulgação das informações oficiais ou protecção do consumidor contra a publicidade enganosa?

Nesta perspectiva a dinamização das bibliotecas de pequena comunidade pode ser um bom contributo no sentido do desenvolvimento do gosto pela leitura, evitando processos de analfabetismo regressivo.

Em 1947 foram criadas nas escolas do ensino primário das sedes das freguesias rurais «as bibliotecas escolares», destinadas a servir tanto os

actuais como os antigos alunos. Em 1973 integram-se na Direcção-Geral de Educação Permanente com o nome de «bibliotecas populares» e passam a ter objectivos diferentes. Era necessário adaptá-las aos novos objectivos, o que não era tarefa fácil, uma vez que se tratava de uma rede de cerca de 4000 bibliotecas, que mais se assemelhavam a «armazéns de livros».

Encetou-se uma política de transferência destes espólios para entidades cujo perfil se adequava mais à sua instalação — associações, colectividades, Casas do Povo e Autarquias. Assim transferiram-se cerca de 400 bibliotecas.

A dinamização das bibliotecas de pequena comunidade pode ser um bom contributo no sentido do desenvolvimento do gosto pela leitura.

Identificaram-se os problemas e tentou-se encontrar resposta para:

- Critérios de selecção das entidades receptoras das bibliotecas, em termos de instalações e equipamentos;
- Perfil do encarregado de biblioteca;
- Formação específica do encarregado, que se foi reformulando com o decorrer dos anos, passando a insistir-se muito mais nas componentes

dinamização de biblioteca e animação da leitura do que na biblioteconomia;

- Aumento do acervo das bibliotecas transferidas (só estas, porque, como sempre, o dinheiro é pouco).

É necessário criar uma dinâmica não só no sentido biblioteca-comunidade, mas também no sentido inverso.

Temos consciência que os recursos materiais e humanos são poucos para conseguir apetrechar e dinamizar convenientemente mesmo só as 400 bibliotecas transferidas. Mas temos também consciência da enorme importância deste equipamento, sobretudo em zonas em que não há mais nada. Há que criar condições e inventar formas de pôr a funcionar verdadeiras bibliotecas de pequena comunidade.

Para que isso aconteça é necessário criar uma dinâmica não só no sentido biblioteca-comunidade, mas também no sentido inverso. Pode-se fazer mais do que as felizmente já muito conhecidas, ainda que pouco frequentes, semanas de autor, semanas de tema, leitura dramatizada ou hora do conto.

Uma das estratégias possíveis é o apoio a utilizadores indirectos, ou seja, a biblioteca não deve só ter as portas abertas aos possíveis leitores que espontaneamente aí acorrem,

mas deve relacionar-se com todas as entidades e grupos implicados na dinâmica socio-cultural local, de modo a poder constituir-se em banco de recursos capaz de dar resposta às suas necessidades.

A biblioteca não deve só ter as portas abertas aos possíveis leitores que espontaneamente aí acorrem, mas deve relacionar-se com todas as entidades e grupos implicados na dinâmica socio-cultural.

Uma outra possibilidade é a criação de um sistema de trocas entre as próprias bibliotecas, o que permite que um mesmo livro chegue a um número maior de possíveis leitores.

Finalmente, devem ser procuradas localmente formas de cooperação entre todas as entidades que disponibilizam o livro, de forma a melhor rentabilizar os sempre poucos recursos de cada uma e a cobrir, na medida do possível, as necessidades da leitura pública em Portugal.